

A REFORMA LOURENÇO FILHO E A TENAZ RESISTÊNCIA DE JUAZEIRO DO NORTE AO CADASTRO ESCOLAR: UM EMBATE ENTRE MODERNIDADE E CONSERVADORISMO NO SERTÃO

Francisco Ari de Andrade¹

Erinelda da Costa Paixão²

Karytia Nayara Gonçalves da Silveira³

Fernanda Rodrigues de Sousa⁴

Mariana Luz Quevedo⁵

RESUMO

O artigo aborda o centenário da Reforma do Ensino Primário Cearense de 1924, conhecida como Reforma Lourenço Filho, por meio de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, seguindo as diretrizes de Luca (2020) para a história da educação. O objetivo do estudo é promover uma reflexão crítica sobre o conflito entre as diretrizes da reforma e a resistência do Padre Cícero. O desenvolvimento do estudo ocorreu em duas etapas interligadas. Na primeira etapa, realizou-se uma leitura analítica da obra "Juazeiro do Padre Cícero" (2002), de Lourenço Filho, com especial atenção a um comentário no prefácio feito pelo historiador Carlos Monarcha. Destacou-se a decisão do Padre Cícero em não fornecer informações escolares do município de Juazeiro do Norte. A leitura foi cruzada com outras fontes para enriquecer o debate com perspectivas contextualizadas do embate ideológico da época. O estudo reconhece a importância de contribuir para uma ampliação do entendimento dessa questão no cenário histórico da educação cearense. Destaca-se a relevância do papel desempenhado por Lourenço Filho na Reforma do Ensino Primário Cearense de 1924, considerando sua abordagem racionalista e científica, que pode ter suscitado resistências, como a do Padre Cícero. Além disso, a pesquisa busca oferecer olhares valiosos para a compreensão mais profunda desse momento crucial na história educacional do Ceará. O estudo visa promover uma reflexão crítica sobre o conflito entre as diretrizes da reforma e a resistência do Padre Cícero, contribuindo assim para uma compreensão mais abrangente desse período na história educacional cearense.

Palavras-chave: Reforma educacional. Cadastro escolar. Liberalismo. Ultramontanismo.

¹ <https://orcid.org/0000-0002-3028-9867>. Professor Associado da Faculdade de Educação-FACED e do Programa de Pós-graduação em Educação-PPGE, da Universidade Federal do Ceará. E-mail: professorari.ufc@gmail.com

² <https://orcid.org/0000-0002-7588-2840>. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em educação, da Universidade Federal do Ceará. E-mail: erineudapaixao@gmail.com

³ <https://orcid.org/0009-0003-6943-3701>. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em educação, da Universidade Federal do Ceará. E-mail: karytiasilveira@gmail.com

⁴ <https://orcid.org/0009-0008-2180-3044>. Graduanda em Letras pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista do Programa de Iniciação Tecnológica-PIBIT-PRPPG-UFC. E-mail: fernanda.frs@alu.ufc.br

⁵ Graduanda em Letras pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista do Programa de Iniciação à Docência-PID - PROGRAD-UFC. E-mail: marianaluzq@gamil.com

THE LOURENÇO FILHO REFORM AND THE STEADFAST RESISTANCE OF JUAZEIRO DO NORTE TO SCHOOL REGISTRATION: A CLASH BETWEEN MODERNITY AND CONSERVATISM IN THE HINTERLANDS

ABSTRACT

The article discusses the centenary of the 1924 Cearense Primary Education Reform, known as the Lourenço Filho Reform, through qualitative and bibliographic research, following Luca's (2020) guidelines for the history of education. The study aims to promote a critical reflection on the conflict between the reform's guidelines and the resistance of Padre Cícero. The study unfolds in two interconnected stages. In the first stage, an analytical reading of Lourenço Filho's work "Juazeiro do Padre Cícero" (2002) was conducted, with special attention to a commentary in the preface by historian Carlos Monarcha. The decision of Padre Cícero not to provide educational information for the municipality of Juazeiro do Norte was highlighted. This reading was complemented by other sources to enrich the debate with contextual perspectives of the ideological struggle of that time. The study recognizes the importance of contributing to an expanded understanding of this issue in the historical context of education in Ceará. The relevance of Lourenço Filho's role in the 1924 Cearense Primary Education Reform is emphasized, considering his rationalistic and scientific approach, which may have sparked resistance, such as that of Padre Cícero. Furthermore, the research aims to offer valuable insights for a deeper understanding of this crucial moment in the educational history of Ceará. The study seeks to foster a critical reflection on the conflict between the reform's guidelines and Padre Cícero's resistance, thereby contributing to a more comprehensive understanding of this period in the educational history of Ceará.

Keywords: Educational reform. School registration. Liberalism. Ultramontanism

1 Introdução

O presente artigo presta homenagem ao centenário da reforma do ensino primário cearense de 1924, que ficou registrada nos anais da história educacional como Reforma Lourenço Filho. Ao celebrar o centenário daquela iniciativa política em assegurar a obrigatoriedade escolar para a população cearense, nada mais oportuno do que trazer à tona um embate entre as forças do progresso e as do conservadorismo no contexto do sertão cearense da primeira metade do século XX.

A memória evocada daquele acontecimento histórico, ocorrido na primeira metade dos anos 1920 e centrado na cidade de Juazeiro do Norte, destaca uma disputa, ou "peleja", como diriam os improvisadores nordestinos, entre duas figuras políticas proeminentes motivada pelo cadastro escolar. De um lado, temos o intelectual e educador paulista Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), encarregado da reforma da educação primária e responsável por coletar dados escolares nos municípios cearenses. Do outro lado, encontra-

se o famoso Padre Cícero Romão Batista (1844-1934), suspenso do exercício sacerdotal na época, mas ainda ativo na vida política e na orientação espiritual do povo de Juazeiro do Norte, onde desempenhava o papel de prefeito.

As impressões acerca desse episódio estão registradas no prefácio escrito pelo historiador Carlos Monarcha no livro "Juazeiro de Padre Cícero", de autoria de Lourenço Filho. Segundo Monarcha, a ida do educador paulista em comissão de Fortaleza ao alto sertão sul do Ceará, onde se situa a cidade Juazeiro do Norte, na época com 22 mil habitantes, era uma tentativa de convencer o sacerdote a renunciar ao boicote à prestação de informações para o cadastro escolar. Inútil tentativa. Embora hospitaleiro à comitiva, o padre Cícero decidiu não colaborar com a pretendida reforma.

A metodologia adotada nesse estudo envolveu a análise de diversas leituras para oferecer suporte ao enredo em questão, visando estabelecer conexões entre o evento mencionado e as questões políticas e ideológicas prevalentes na década de 1920. A análise destaca dois grupos políticos, católicos e liberais, em disputa pelo controle da hegemonia do ensino no Brasil.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e interpretativa no âmbito da história da educação, concentrando-se na prática da pesquisa em história da educação, conforme as diretrizes de Luca (2020). Propõe-se uma reflexão crítica sobre o conflito entre a proposta de reforma educacional e a recusa do padre em colaborar com a Diretoria da Instrução Pública.

O desenvolvimento do estudo ocorreu em duas etapas distintas, interligadas entre si. Na primeira etapa, realizou-se uma leitura analítica da obra "Juazeiro do Padre Cícero" (2002), escrita pelo educador paulista Lourenço Filho, com foco especial em um comentário presente no prefácio, feito pelo historiador Carlos Monarcha, destacando a decisão do padre Cícero em proibir a realização do cadastro escolar "nos domínios da cidade peregrina" (p.12). A leitura integral de "Juazeiro do Padre Cícero" foi considerada para análise, onde prevalece a visão racionalista e científica do referido educador paulista. Essa leitura foi cruzada com outras leituras na tentativa de enriquecer o debate com perspectivas que possam contextualizar aquele embate ideológico em sua época.

De um lado, temos a proposta de reforma educacional de cunho liberal, personificada no educador Lourenço Filho. Do outro lado, o conservadorismo clerical do Padre Cícero, mesmo suspenso das ordens sacerdotais, permanecia leal à Santa Sé, combatendo as ideias seculares percebidas como ameaças à ortodoxia católica romana.

Na segunda etapa, realizou-se um levantamento de leituras acerca das questões seculares que permeavam o debate intelectual brasileiro na primeira metade do século XX. Esse levantamento possibilitou o delineamento do mapeamento do território ideológico do conflito em um contexto sócio-histórico e cultural dicotômico: urbano versus rural. Durante essa fase, procedeu-se ao cruzamento da questão suscitada por Monarcha, juntamente com as principais questões abordadas na narrativa de Lourenço Filho, que exploram aspectos culturais e sociais da realidade sertaneja carirense. Nesse estágio, busca-se responder à questão central que orientou essa discussão: por que o padre Cícero proibiu o fornecimento de informações à Diretoria de Instrução Pública durante o andamento da reforma educacional cearense?

O levantamento de leituras, juntamente com o cruzamento de questões-chave, foi fundamental para a construção do mapeamento ideológico e contextual do conflito entre os contextos urbano e rural no Brasil durante a primeira metade do século XX. A busca por compreender por que o padre Cícero proibiu o fornecimento de informações à Diretoria de Instrução Pública no contexto da reforma educacional cearense revela a complexidade e as nuances das dinâmicas sociais e políticas da época. Essas respostas constituem a base para o desenvolvimento e a análise do estudo em questão.

Admite-se que este estudo possa contribuir para uma ampliação do entendimento dessa questão no cenário histórico da educação cearense. Isso se deve ao fato de que ambos os agentes sociais estavam, cada um a seu modo, convencidos de estar agindo corretamente em prol do bem do povo, sem que houvesse uma trégua para um encontro fortuito capaz de celebrar um entendimento de que a educação pública oferecida para as massas naquele período deveria transcender os interesses e as convicções ideológicas e religiosas.

2 Liberalismo versus Ultramontanismo: Duelo de ideias sobre o progresso individual

O liberalismo é definido como um sistema de ideias que surgiu no contexto da modernidade ocidental, durante o debate político-filosófico do século XVIII na Europa. Este período foi marcado por uma luta social e política em prol da garantia dos direitos civis da classe burguesa, contrapondo-se aos privilégios da aristocracia que perduravam desde o absolutismo monárquico (Cunha, 1975, p. 27).

Uma síntese dos cinco princípios gerais do liberalismo pode ser considerada da seguinte forma: por meio do *individualismo*, o ser humano é visto como um sujeito dotado

de aptidões e talentos a serem desenvolvidos por meio da educação. Daí a necessidade de o Estado garantir a educação pública, teoricamente proporcionando isonomia no ponto de partida dos indivíduos na sociedade, a partir da escola básica. O segundo princípio é o da *liberdade*, que, ao ser assegurada, serve como base para todos os outros. A liberdade individual busca eliminar privilégios nobiliárquicos. O terceiro princípio é o da *propriedade*, entendida como o direito natural do indivíduo conquistado por meio da atividade laboral livre. O quarto princípio é a *igualdade*, com base na regra universal de que todos nascem livres e iguais perante as leis da natureza. Dada a potencial igualdade em talentos e aptidões, é necessário garantir condições igualitárias de acesso à escola, por exemplo. Por último, a *democracia* deve ser o regime político da sociedade liberal, uma vez que assegura a existência do parlamento como suposto representante da vontade popular (Cunha, 1975, p. 28).

Naquele contexto histórico, a era do Liberalismo produziu seus frutos. O fermento lançado em forma de palavras atizou os ânimos da sociedade civil europeia, ávida por mudanças radicais. Diversos países, desde os menores estados europeus até o majestoso Império Britânico, foram intensamente sacudidos pelas reivindicações do momento, como a busca por participação política, direito ao voto e liberdade de expressão, desafiando a ordem estabelecida (Shelley, 2018, p. 384).

Os princípios do liberalismo, materializados na participação política, no direito ao voto e na liberdade de expressão, foram fundamentais para a sedimentação de mudanças políticas, desafiando as estruturas tradicionais de poder político e religioso em diversos países europeus. Esses ideais influenciaram movimentos em vários países, culminando na independência dos Estados Unidos da América em 1776, na Revolução Francesa de 1789 e, inclusive, no Brasil, por meio dos movimentos revolucionários nordestinos, como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824.

A retórica política liberal, difundida em diversos setores da sociedade, desafiava a ortodoxia católica romana, especialmente no domínio antropológico da autonomia individual. Nesse contexto, a Santa Sé procurou reforçar a compreensão tomista da relação entre razão e fé, mantendo-se atenta aos influentes da sociedade capitalista moderna. Buscou chamar a atenção dos fiéis para o que denominou de "barbárie civilizada", ao mesmo tempo em que destacava os valores espirituais católicos (Cury, 1984, p. 12).

A resistência da Igreja Católica a essas ideias modernas pode ser compreendida à luz do temor de que a crescente secularização e liberalização pudessem minar a autoridade e a

influência da Igreja. Nesse contexto, a Cúria procurou reforçar a autoridade do Papa como chefe supremo da Igreja Católica, convocando os bispos a se unirem contra o que viam como excessos e desvios da civilização moderna.

Em sua obra publicada na Espanha em 1884, o padre Félix Sardá Y Salvany, ao expressar a posição da Igreja Católica Romana na época, apontava o liberalismo como uma "seita" que buscava dividir o mundo em dois campos opostos, colocando os liberais de um lado e os cristãos do outro. Para ele, o liberalismo era o "pecado do século" por professar o racionalismo individual. Por ser considerada uma heresia universal, os cristãos deveriam afastar-se daquelas ideias que colocavam o ser humano em absoluta "independência de Deus e de sua autoridade" (Salvany, 2020, p. 19).

Diante das crescentes adesões ao liberalismo, que resultaram na disseminação de novas ideias seculares capazes de transformar o cenário político em uma escala global, desafiando o poder das autoridades tradicionais, incluindo monarcas e a Igreja Católica Romana, o Vaticano emitiu um documento oficial conhecido como Encíclica Syllabus, datado de 8 de dezembro de 1864, durante o papado do Papa Pio IX (1792-1878). Neste documento, foram expressas condenações à liberdade de culto, ao placet régio, à supremacia absoluta do Estado, à secularização do ensino público, à separação da Igreja do Estado, ao direito de legislar em nome de Deus, ao matrimônio civil, à liberdade de imprensa, ao sufrágio universal e, por fim, ao próprio termo "liberalismo" (Salvany, 2020, p. 46).

Estavam listados os "demônios" da sociedade moderna, a serem combatidos pelo catolicismo, alertando os cristãos sobre as potenciais ilusões disseminadas pela ideologia liberal (Shelley, 2018, p. 390). Tudo indicava tratar-se de uma nova cruzada em defesa do fortalecimento da doutrina cristã, da tradição religiosa e da autoridade papal, em oposição ao *homo liberalis* representado no "maçonismo" e no secularismo (Villaça, 2006, p. 92).

A repercussão das decisões da Santa Sé no Brasil foi verificada em duas vertentes: a primeira, purgação de párocos em atuação no território brasileiro, por meio da exigência da unidade cristã, da pureza da doutrina e pelo redirecionamento da religiosidade popular, condenando qualquer rito que se afastasse dos cânones da Santa Sé, ao mesmo tempo em que deveria privilegiar a ortodoxia católica na orientação dos fiéis. A segunda, a preparação de um ambiente educacional adequado, nos novos moldes de uma formação romanizada, ou seja, de acordo com a obediência a Roma, capaz de formar novas lideranças religiosas (Azzi, 1992, p. 33).

Os desdobramentos do ultramontanismo alcançam o Ceará, trazendo consigo uma série de transformações. As reformas da Igreja Católica, implementadas pela Cúria Romana no século XIX, visavam combater o liberalismo e outras heresias que ameaçassem a ortodoxia oficial. Nesse contexto, o bispado foi estabelecido em Fortaleza, fruto da bula "*Pró Animarum Salute*" do Papa Pio IX, culminando na fundação do Seminário Episcopal voltado para a formação de líderes religiosos alinhados às novas diretrizes da Igreja.

Em 6 de junho de 1854, o Papa Pio IX criou o bispado do Ceará, desmembrando-o do de Pernambuco. Em conformidade com o *padroado*, o Imperador D. Pedro II nomeou o primeiro bispo da Diocese cearense, D. Luíz Antônio dos Santos (1817-1891), por meio do Decreto Imperial de 27 de janeiro de 1855. D. Luíz Antônio dos Santos, por sua vez, desempenhou um papel fundamental na condução dos projetos vinculados ao ultramontanismo.

No curso do processo de romanização, D. Luiz Antônio dos Santos comunicou à comunidade, por meio da publicação da Lei 1.144, de 27 de setembro de 1860, a criação do Seminário Episcopal na capital. Este instituto iniciou suas atividades pedagógicas e espirituais em 18 de outubro de 1864, marcando assim um dado significativo no desenvolvimento eclesiástico da região.

O bispo tinha urgência na organização de um centro de formação de novos padres, conforme as exigências da nova reforma daquela instituição eclesiástica. A criação do seminário episcopal foi o instrumento necessário para uma adequada formação de uma elite intelectual capaz de conduzir espiritualmente os rebanhos cearenses, de acordo com os cânones da Santa Sé (Parente, 2000, p. 81).

A educação dos padres do Seminário Episcopal foi confiada aos cuidados pedagógicos e espirituais da Ordem da Congregação da Missão, os filhos de São Vicente, conhecidos como padres lazaristas, de origem francesa. O bispo, que também recebeu formação sob a orientação dos padres dessa ordem, acreditava que os futuros clérigos, uma vez bem preparados nos moldes da política eclesial renovada, fortalecendo os valores tradicionais da fé católica romana, seriam capazes de resistir à onda de secularização da sociedade ocidental. Ou seja, estariam preparados para enfrentar as chamadas ideias seculares, como o liberalismo, o panteísmo, o evolucionismo, entre outras.

Dentre os 12 seminaristas da primeira turma de 1867, que seriam ordenados padres em 1870, estava o jovem Cícero Romão Batista. Ele sairia formado, sendo obediente, zeloso e diligente aos princípios da nova orientação romana e, portanto, refratário às ideias seculares, principalmente ao liberalismo que havia sido condenado pela bula papal.

3 Desafios educacionais na primeira República: a perspectiva liberal do movimento Escola Nova e as reformas estaduais do ensino primário

Não é novidade destacar que o governo imperial brasileiro negligenciou a educação nacional. Segundo Marcílio (2016, p. 231), a escola pública passou despercebida pelas autoridades provinciais e pelo Ministério do Império, responsável pela pasta, e, principalmente, pelo governo central. Mesmo existindo uma Lei Geral do Ensino datada de 15 de outubro de 1827, que complementava o Art. 179, inciso XXXI da Constituição de 1824, garantindo a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos do Império, a educação pública foi oferecida de forma irregular, dependendo do parco erário das províncias e da boa vontade política.

No Brasil do século XIX, a efetiva implementação de um sistema nacional de ensino, por meio do combate ao analfabetismo da população, da universalização e gratuidade da educação primária, bem como da oferta do ensino secundário pela esfera pública, foi adiada para o século seguinte. Nas primeiras duas décadas do século XX, embora tenham ocorrido alguns esforços políticos em prol da garantia do direito à escola pública, as reformas de ensino permaneceram limitadas à esfera particular de cada estado da federação.

Para se ter uma ideia do agravante deixado pela herança educacional do período imperial, o recenseamento realizado pelo governo republicano em 1890, conforme destaca o estudo de Vanilda Paiva (1973, p.85), indicava que 85,21% da população acima dos cinco anos não havia tido nenhuma passagem pela escola elementar. Embora fosse motivo de vergonha para a elite letrada e política do novo regime, esse indicador era uma clara demonstração da falta de operacionalidade das reformas ocorridas durante o Império na tentativa de colocar em funcionamento o sistema escolar brasileiro.

A herança de baixos indicadores educacionais no Brasil pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a falta de investimento em educação, a estrutura social desigual, a predominância da grande propriedade rural e da monocultura, bem como a persistência da mão de obra escrava durante grande parte do período imperial. Caio Prado Jr. (1987), mencionado em sua descrição, explora as raízes históricas e sociais do Brasil desde o período

colonial até o início do século XX, oferecendo uma perspectiva crítica sobre a influência de fatores como a economia agrária, a escravidão e a estrutura social na formação do país.

No contexto apresentado, como a educação brasileira poderia obter uma avaliação positiva, mesmo diante das forças históricas profundamente enraizadas na tradição que a impediam? Durante a transição do século XIX para o século XX, o liberalismo enfatizava a educação elementar pública, laica e gratuita como uma conquista das sociedades democráticas. Entretanto, como compreender os avanços na educação brasileira no contexto da recém-instaurada república, sob o peso da herança educacional deixada pelo regime político anterior, no qual a elite conservadora exercia controle e tomava decisões sobre questões políticas de interesse particular?

Nos primeiros anos da República ocorreram algumas tentativas de organização do ensino. No entanto, não havia uma política educacional de cunho nacional voltada para garantir a obrigatoriedade escolar, como uma questão de Estado. Dando continuidade à prática anterior da oferta da escola pública ficar à mercê das unidades federativas, devido à falta de uma legislação específica que garantisse a centralização política do governo federal para com o ensino nacional, principalmente a ausência de um órgão regulamentador e coordenador de uma política educacional nacional direcionada para a universalização do ensino básico, resultaram em algumas reformas educacionais estaduais na década de 1920. A garantia do direito universal ao processo de escolarização em massa continuava na responsabilidade dos governos estaduais (Saviani, 2008, p.177).

A compreensão da reação intelectual no início da década de 1920 torna-se essencial diante do quadro apresentado, onde 65,3% da população com mais de 15 anos era analfabeta, conforme observado por Marcílio (2016, p. 245). Nesse contexto, o país viu-se imerso em uma onda de movimentos intelectuais que clamavam pela valorização da escola pública.

Esse período revelou intensos debates acerca do papel da escola e da responsabilidade política na área educacional. Os liberais, em sua maioria defensores de um modelo de educação público, gratuito e universal, desempenharam papel fundamental nas principais reformas do ensino primário nos estados brasileiros. Essas iniciativas visavam romper com os legados educacionais deixados pela política imperial.

Dentre os protagonistas desse movimento, destacam-se os pioneiros da Escola Nova, um grupo de educadores de orientação liberal. Esses profissionais foram fortemente influenciados pela filosofia educacional do pensador norte-americano John Dewey (1859-1952), principal referência do movimento Escola Nova no Brasil.

Nesse contexto, é relevante ressaltar a cidade de São Paulo como o centro irradiador do capitalismo moderno no Brasil. A metrópole era o principal polo industrial do país, baseando seu desenvolvimento industrial na indústria têxtil, que foi fortalecida pela significativa presença de mão de obra estrangeira, principalmente de cidades italianas (Schwarcz; Starling, 2015, p.335).

Na década de 1920, a cidade de São Paulo foi o epicentro dos movimentos intelectuais que buscavam refletir sobre os rumos da cultura e política nacional no contexto republicano. O movimento cultural conhecido como Modernismo teve como marco a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada no Teatro Municipal da cidade, desencadeando discussões e promovendo rupturas no campo estético, com o objetivo de estabelecer uma cultura nacional. Conforme observado por Nogueira (2001, p. 75), o movimento modernista não se limitou ao âmbito literário, artístico e cultural, alcançando também o campo educacional.

Nesse contexto educacional, como apontado por Nagle (2001), destacou-se o movimento da Escola Nova, composto por profissionais do ensino divididos entre entusiastas e otimistas pedagógicos. Essa corrente introduziu uma nova narrativa educacional de orientação liberal, profundamente influenciada pelas ideias do pensador norte-americano John Dewey. Integrados à Associação Brasileira de Educação (ABE), esses profissionais do ensino passaram a pressionar os governos estaduais para que tomassem decisões políticas capazes de erradicar o analfabetismo na população em idade escolar em todo o território nacional.

Em uma síntese das ideias apresentadas no trabalho de Cury (1984), liberais e católicos debatem, no contexto em questão, temas fundamentados na defesa da educação elementar, percebendo-se como participantes de um suposto mundo em crise. Segundo os liberais, essa crise era fundamentada em duas causas cruciais: uma associada ao espírito científico da época e outra relacionada à análise da inadaptação dos indivíduos à realidade de uma sociedade em constante movimento. Já para os católicos, a crise no mundo ocidental tinha suas raízes no afastamento do ser humano em relação à sua natureza e ao seu criador, decorrente dos avanços materiais da sociedade moderna.

Se o grupo liberal exaltava o progresso da ciência, da técnica e da sociedade industrial como um caminho para o avanço da humanidade, os católicos viam isso como uma condução do ser humano em direção a um “suicídio moral”. Isso ocorria por facilitar uma autonomia política do indivíduo em relação à autoridade divina e à Igreja. Essas perspectivas

conflitavam com os princípios liberais, que valorizavam a racionalidade, a experimentação e o cuidado com os fatos, destacando a supremacia da vitória humana sobre os enigmas da natureza.

No que diz respeito à educação, os liberais viam a escola como um instrumento capaz de integrar as gerações às novas demandas de uma sociedade em processo de transformação. Para alcançar esse objetivo, um projeto abrangente de educação popular deveria contemplar a abertura de escolas e garantir a matrícula para todos os indivíduos.

Sem ignorar o debate em curso, os profissionais do ensino conduziram uma série de reformas necessárias no ensino primário durante a década de 1920. Conforme destacado por Saviani (2008, p. 177), algumas dessas figuras influentes incluíram Sampaio Dória em São Paulo, em 1920; Lourenço Filho no Ceará, também em 1920; Lysímaco Ferreira Costa e Prieto Martinez no Paraná, em 1923; José Augusto no Rio Grande do Norte, em 1924; Anísio Teixeira na Bahia, em 1925; e, conforme mencionado por Nogueira (2001, p. 101), Antônio Prado Junior e Fernando de Azevedo no Distrito Federal, em 1925; Carneiro Leão em Pernambuco, em 1928. Esses educadores foram protagonistas na implementação de mudanças significativas no sistema educacional brasileiro.

No início da década de 1920, o governador Justiniano de Serpa (1920-1923), seguindo a recomendação do Diretor da Escola Normal, o médico João Hipólito de Azevedo e Sá (1881-1962), designou o educador paulista Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) para liderar a reforma da educação primária no Ceará.

A chegada do educador Lourenço Filho a Fortaleza ocorreu em 14 de abril de 1922. Com sua presença, setores progressistas da sociedade alimentavam a esperança de uma transformação na realidade educacional cearense. Acreditava-se que esse profissional seria capaz de conduzir a reforma, neutralizando as forças conservadoras que, de alguma maneira, exerciam controle sobre as nomeações nas secretarias de governo por meio de práticas fisiológicas e nepotistas.

4 O Cadastro Escolar como motor da reforma no ensino primário e o confronto com a prefeitura de Juazeiro do Norte

Com o respaldo político do governo estadual, Lourenço Filho foi designado para a Diretoria Geral da Instrução Pública e efetivado como professor na Escola Normal para preencher as vagas de Psicologia e Pedagogia. Até então, o sistema de ensino cearense estava sob a supervisão da Inspetoria Geral da Instrução Pública. A situação educacional

nos 86 municípios do estado, na época, era descrita da seguinte maneira: na capital, existiam seis grupos escolares e 52 escolas isoladas. Nos demais municípios, somavam-se 476 escolas primárias, sendo a maioria delas isoladas.

O governo do Ceará reconhecia que não conseguiria realizar uma reforma educacional bem-sucedida sem o apoio das lideranças políticas rurais. Por essa razão, tomou a iniciativa de organizar o Congresso de Prefeitos e Chefes Políticos em junho de 1922, na capital do estado, reunindo cerca de 90% dos representantes municipais. Durante o evento, diversas questões da política local foram debatidas, incluindo a sucessão no executivo e as disputas no legislativo. No entanto, o foco principal foi a apresentação das diretrizes gerais da reforma educacional, com a proposta de um questionário composto por 62 perguntas para formar o cadastro escolar. É importante destacar que o prefeito do município de Juazeiro do Norte, padre Cícero Romão Batista, não compareceu ao congresso, sem, no entanto, ter nomeado um representante.

Conforme aprovado na plenária do congresso, os municípios, de acordo com o que estabelecia a constituição do estado, eram responsáveis por garantir os meios necessários para financiar essa iniciativa. Conforme indicado por Nogueira (2001, p. 143), eles arcariam com as despesas relacionadas aos materiais e ao transporte do funcionário recenseador, denominado Inspetor Regional.

À frente da Diretoria Geral de Instrução, Lourenço Filho iniciou seus trabalhos com a publicação do Regulamento da Instrução Pública, por meio da Lei 1.953, datada de 02 de agosto de 1922. Essa legislação estabelecia as diretrizes gerais para a implementação da reforma na realidade educacional cearense.

Para realizar essa reforma, o educador paulista dividiu os 86 municípios cearenses em seis regiões censitárias, nomeando um inspetor regional para cada uma delas. A responsabilidade desses inspetores era coordenar o recenseamento escolar. Cada inspetor visitava pessoalmente o respectivo município para coletar dados in loco. O levantamento de informações abrangia o número de escolas, a quantidade de matrículas, dados sobre os docentes, o material didático-pedagógico utilizado nas escolas primárias, o acesso e a permanência nas instituições de ensino, bem como o progresso escolar dos alunos, entre outros aspectos relevantes.

Ao concluírem as visitas, cada inspetor elaborava um relatório detalhado, que era enviado à Diretoria de Instrução. O objetivo desse processo era criar um mapeamento estatístico abrangente da situação socioeconômica e educacional do estado do Ceará.

O cadastro escolar foi a ferramenta utilizada na reforma Lourenço Filho para realizar um levantamento estatístico da realidade educacional cearense, por município. Esse cadastro proporcionaria uma visão abrangente da situação escolar, abordando quatro eixos principais:

1. Recenseamento de todas as crianças de 6 a 12 anos, independentemente de serem analfabetas ou não;
2. Registro de auxílios das prefeituras ou particulares destinados à construção de prédios escolares;
3. Inventário do material existente nas escolas públicas e organização estatística geral do ensino;
4. Pesquisa junto aos chefes de família sobre horários e férias escolares, entre outras questões locais.

Os relatórios elaborados por cada inspetor desempenhavam um papel fundamental no entendimento da realidade educacional cearense. A Diretoria de Instrução adotava uma metodologia moderna de coleta de informações, buscando fornecer ao governo subsídios para abordar com segurança os problemas educacionais e garantir a oferta de educação básica para a população.

No decorrer da reforma, a Diretoria Geral de Instrução estabeleceu a criação da Escola Modelo, situada na própria instituição em que Lourenço Filho lecionava. Destaca-se o comprometimento do governador Justiniano de Serpa, que participou de uma dessas aulas, evidenciando seu apoio ao projeto.

No âmbito da Escola Modelo, foram propostos cursos de férias para os professores da capital e do interior, realizados no teatro José de Alencar. O objetivo era proporcionar treinamento e capacitação em serviço, visando à introdução dos métodos de ensino preconizados pela pedagogia moderna. Durante essas conferências, o professor aproveitava a oportunidade para abordar temas relacionados à higiene escolar, sendo que nas escolas da capital já havia sido implementado o serviço médico-escolar.

Segundo informações levantadas por Newton Craveiro (1893-1926), um dos inspetores gerais responsáveis pela elaboração do livro didático "João Pergunta ou o Brasil seco" (1923), que se tornou leitura oficial nas escolas públicas cearenses, Lourenço Filho permaneceu no Ceará por apenas vinte meses. No entanto, esse período foi suficiente para

implementar a reforma do ensino no estado. As mudanças começaram pela reorganização da Escola Normal, mantendo seu currículo humanista, mas eliminando cadeiras consideradas dispensáveis e introduzindo novas, como as de Pedagogia e Psicologia Experimental. Essa inclusão de disciplinas reflete uma abordagem político-pedagógica orientada para a formação científica.

Lourenço Filho procurou habilmente evitar conflitos com os setores do clero cearense. Por meio de um ofício enviado ao arcebispo D. Manuel da Silva Gomes (1874-1950), solicitou o apoio da diocese à reforma na instrução pública. Nesse documento, demonstrou respeito à religião católica, reconhecendo a idoneidade moral da instituição religiosa, embora a Constituição Federal preconizasse o Estado laico. No encerramento do documento, o autor destacou a importância da função da Igreja Católica na orientação das crianças, sendo este um gesto de abertura para com o ensino religioso na escola primária cearense.

No entanto, as ideias reformistas enfrentaram resistência no cenário cearense sob a influência política do prefeito padre Cícero. Embora não representasse oficialmente o clero, principalmente por estar suspenso de ordens desde o incidente conhecido como o "milagre em Juazeiro," no qual foi acusado de embuste (Della Cava, 1976), emergiu como uma influente liderança religiosa e política na região sul do Ceará. Chegou a ser eleito vicegovernador durante o período de 1904-1912, além de ter liderado o levante popular de 1914, conhecido como a "Sedição de Juazeiro" (Girão, 1984, pp. 193-198), forçando Marcos Franco Rabelo (1912-1914) a renunciar ao governo do Ceará.

Lourenço Filho, após chegar a um entendimento com as lideranças religiosas do Ceará por meio do ofício mencionado, decidiu abordar diretamente Padre Cícero em Juazeiro do Norte. Ele organizou uma comitiva e, enfrentando o sertão árido da caatinga a bordo de um automóvel, dirigiu-se até o Cariri.

A primeira impressão de Lourenço Filho, ao observar aquele microcosmo social, foi de espanto. Uma cidade disciplinada por ruas com casas rústicas movida por um comércio local empreendido por uma massa sertaneja, guiada por um ethos composto de fé, trabalho e penitência, submissa e adoradora da figura do "padim Ciço". Esse cenário reforçou as visões estereotipadas que a elite letrada brasileira nutria acerca do sertão nordestino, sugerindo que ali a civilização ainda não havia sido alcançada. Segundo a interpretação do educador paulista, a cidade de Juazeiro do Norte, aos seus olhos, assemelhava-se a um elo perdido com um passado medieval. Ignorava, à luz do pensamento cientificista da época,

que ali vivia uma massa sertaneja, composta por homens, mulheres e crianças vítimas da desolação social, que encontrava abrigo moral e espiritual naquela cidade, cuja ordem social era conduzida pela orientação espiritual do padre Cícero.

O encontro da comitiva de Lourenço Filho com o padre Cícero ocorreu de maneira agradável. Apesar de ter empregado toda a sua habilidade persuasiva para explicar ao reverendo a importância do cadastro escolar, Lourenço Filho não conseguiu convencer Padre Cícero a mudar de ideia em relação à recusa dos esclarecimentos pretendidos. O líder religioso permaneceu firme em sua decisão, e os membros do governo retornaram a Fortaleza sem obter informações sobre a situação educacional da cidade de Juazeiro do Norte. Essa recusa por parte de Padre Cícero representou um obstáculo significativo para a implementação da reforma educacional naquela região.

Profundamente influenciado pelas matrizes científicas do início do século XX, como o evolucionismo, positivismo e medicina social, que enfatizavam a observação detalhada do ambiente, as anotações de Lourenço Filho acerca da "Meca dos Sertões," conforme mencionado em seu livro, serviram como base para reportagens publicadas pelo jornal Estado de São Paulo. Esse acervo, mais tarde, resultou no livro "Juazeiro de Padre Cícero.

O "Juazeiro do Padre Cícero", publicado em São Paulo em 1926, constitui uma fonte descritiva do sertão cearense, embora permeado pelas influências epistemológicas da época, profundamente enraizadas em princípios da eugenia, da higiene e da medicina social. Sua obra de estreia nas letras nacionais foi bem acolhida pela crítica literária da época, a ponto de a Academia Brasileira de Letras elevá-la à categoria de "Ensaio" em 1927.

No entanto, sua análise parece negligenciar o contexto político-religioso da Igreja Católica, definido a partir da encíclica Syllabus do papa Pio IX. O livro não aborda o fato de que o Padre Cícero, mesmo suspenso da ordem, era um produto dessa orientação sacerdotal e, apesar de suas divergências, mantinha uma obediência à Cúria Romana, agindo como um líder cristão combativo. Essa omissão pode distorcer a compreensão do leitor sobre as motivações e o papel do Padre Cícero na controvérsia educacional e política da época.

5 Conclusão

Difícil avaliar a materialidade da reforma Lourenço Filho em números que permitam enxergar os avanços da educação primária, com destaque para construção de escolas e aumento de matrículas e permanência de alunos pobres no ambiente escolar do sertão do

Ceará. Os indicadores educacionais da reforma demonstram uma concentração de ações mais restritas ao ambiente educacional de Fortaleza.

A complexidade reside também no manuseio de fontes tendenciosas ao censurar a postura do Padre Cícero, que se recusou a colaborar com o cadastro escolar no momento em que o governo necessitava compor um estudo sobre a realidade educacional de cada município. É relevante ressaltar que, naquele contexto, ambos os sujeitos históricos, Lourenço Filho e o Padre Cícero, representavam os polos ideológicos de uma querela que, em nível nacional, persistia na arena política e educacional desde a segunda metade do século XIX. Essa disputa visava definir a responsabilidade pela educação primária destinada aos pobres no Brasil.

Com o desdobramento da pretendida reforma educacional no Ceará, Juazeiro do Norte foi palco de um encontro entre o liberal e educador paulista Lourenço Filho e o cearense Padre Cícero, de formação ultramontana e avesso ao liberalismo. Este encontro girou em torno de uma tentativa de persuasão para que o município fornecesse as informações necessárias ao governo estadual, mas, de fato, isso não ocorreu. A atitude tomada pelo Padre Cícero não impediu o avanço dos trabalhos da reforma de ensino no Ceará. No entanto, seria uma simplificação histórica supor que o sacerdote, culto e educado no sertão nordestino, com a qualidade da formação sacerdotal que recebeu no Seminário da Prainha, mesmo suspenso das ordens pelo Vaticano, estivesse alheio ao debate educacional moderno que circulava pela grande imprensa nacional na década de 1920.

Essa perspectiva leva em consideração a complexidade do contexto histórico, admitindo a possibilidade de que, apesar de suas discordâncias e suspensão das ordens, o Padre Cícero poderia estar ciente e, de alguma forma, envolvido nas discussões educacionais mais amplas que ocorriam na época. Isso sublinha a importância de uma abordagem mais precisa ao analisar as ações de figuras históricas, reconhecendo as múltiplas influências e contextos que moldam suas decisões. Essa abordagem mais nuance permite uma compreensão mais completa e contextualizada das escolhas feitas por personagens.

A morte prematura do governador Justiniano de Serpa em 3 de agosto de 1923 interrompeu paulatinamente a reforma. As forças conservadoras retomaram o controle, e Lourenço Filho, aos poucos, perdeu a influência política que impulsionava a reforma desejada. Em 1924, a reforma foi definitivamente interrompida com a destituição de Lourenço Filho do cargo de Diretor da Instrução Pública e seu retorno à cidade do Rio de Janeiro.

Como destaca Nogueira (2001, p. 199), a reforma perdeu impulso gradualmente, permitindo que as forças tradicionais reassumissem o controle político no Ceará. As mudanças radicais no cenário educacional cearense foram adiadas para o futuro, marcando um retrocesso nas aspirações de reforma educacional iniciadas anteriormente.

REFERÊNCIAS

- AZZI, R. **O Trono é Unido ao Altar: Um Projeto Conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992.
- CUNHA, L.A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.
- CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e liberais. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- DELLA CAVA, R. **O milagre em Juazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.
- GIRÃO, R. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1984.
- LOURENÇO FILHO, M. B. **Juazeiro do Padre Cícero**. 4ª ed. Brasília, DF: INEP/MEC, 2002.
- LUCA, T.R. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.
- MARCÍLIO, M. L. **História da alfabetização no Brasil**. São Paulo: Ed USP, 2016.
- MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial de SP; Inst. Fernand Braudel, 2005.
- MONARCHA, C. **Prefácio**. In: LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron. **Juazeiro do Padre Cícero**. 4ª ed. Brasília, DF: INEP/MEC, 2001. p. 11-17.
- NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NOGUEIRA, R. F. S. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2001.
- PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. Contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1973.
- PARENTE, F. J. C. **A fé e a razão na política: Conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: UFC Edições, 2000.
- PRADO Jr. C. **História econômica do Brasil**. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SALVANY, F.S. **O liberalismo é pecado**. 2. ed. São Caetano do Sul, SP: Editora e Livraria, 2020.

SANTIROCCHI, Í. D. Padroado e Regalismo no Brasil independente. IN: *XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

SAVIANI, D. **História das Ideias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHELLEY, B. L. **História da Cristianismo**: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde suas origens até o século XXI. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

VILLAÇA, A. C. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

Recebido em: 15/01/2024

Aprovado em: 09/03/2024